

Interfaces entre desemprego e esfera familiar em estudos sociológicos

Examinando as literaturas internacional e brasileira, analiso neste artigo as interfaces entre desemprego e esfera familiar em estudos sociológicos. Assim, esta iniciativa visa compilar a produção acadêmica sobre o assunto, apresentando de maneira cronológica os principais enfoques observados.

Certamente, devemos a Kamarovsky (1940) um dos esforços de pesquisa pioneiros na delimitação do objeto. Investigando os efeitos do desemprego nas relações familiares de autoridade, a autora evidenciou como a perda do trabalho incidia sobre o status do chefe de família, com possíveis consequências aos vínculos maritais e de filiação. Logo, a tendência disruptiva ocasionada pelo desemprego poderia ser creditada à incapacidade masculina de controlar economicamente os parentes, adensada pela redução da “margem de manobra” familiar em satisfazer interesses conflitantes.

Eisenberg e Lazarsfeld (1938), em uma abordagem também seminal, ressaltaram as consequências do desemprego nos traços individuais de personalidade, conferindo ênfase à instabilidade emocional, à perda de rotina, à diminuição de autoestima e ao rebaixamento das aspirações pessoais. De maneira complementar, os autores caracterizam os desempregados como propensos à apatia e ao isolamento, raciocínio endossado pelo clássico estudo a respeito da cidade de Marienthal.

Esse pressuposto básico, fundado na conexão entre desemprego e ruptura de vínculos, persistiu como um entendimento hegemônico até a década de 1970. Nessa época, parte considerável dos estudos ressaltou o papel do desemprego na privação de recursos e na ruptura de vínculos interpessoais, bem como na negação do senso de autoestima decorrente de um engajamento ocupacional.

Em contrapartida, a década de 1980 trouxe consigo a eclosão de novos olhares investigativos. Thomas, McCabe e Berry (1980) argumentam que os conflitos familiares, tanto no casamento quanto na convivência intergeracional, não deveriam ser tomados como necessariamente resultantes da perda do trabalho. Mais especificamente, os autores evidenciam certos fatores que caracterizariam a segunda metade do século XX, em especial a emergência de uma nova condição de desempregado, passível de auxílios governamentais, bem como a diversificação das identidades pessoais, não dependentes em sua totalidade da esfera do trabalho. Por sua vez, Binns e Mars (1984) sublinharam a importância do amparo familiar a casais desempregados, bem como os efeitos do desemprego nas relações conjugais.

A partir da década de 1990, a correlação entre desemprego e conflitos familiares, ainda que tomada como mola mestra da temática, ganhou maior complexidade. Lampard (1994) analisou esse binômio como um caminho de mão dupla, inovando ao identificar o impacto negativo das separações na perda do trabalho. Mais recentemente, Taylor (2002), debruçada sobre os impactos financeiros e emocionais do desemprego, defendeu que as transformações na vida familiar dependeriam da duração do desemprego e das características dos perfis pessoais. Finalmente, Lippe, Treas e Norbutas (2017) foram responsáveis por revisitar a temática da divisão sexual do trabalho.

A Sociologia brasileira não se mostrou alheia a esse debate. Os escritos de Durham (2004), ao conferirem relevo às estratégias familiares de sobrevivência,

talharam uma abordagem que se tornou bastante difundida. Por essa perspectiva, as famílias empobrecidas tenderiam a redefinir a divisão de encargos entre parentes, direcionando mulheres e jovens ao mercado de trabalho. Assim, diante da necessidade de adaptação às incertezas e depressões financeiras, estas famílias “jogariam” com a mão de obra disponível, maximizando os ganhos econômicos.

Porém, tal como assinalado por Hirata e Humphrey (1989), essa abordagem se concentrou no estudo de agrupamentos vulneráveis, cujos chefes de família estariam submetidos a trabalhos instáveis. Os autores, ao se deterem em famílias operárias paulistas, objetivaram uma aproximação alternativa, alicerçada em três outros determinantes: os efeitos da “identidade operária” na duração do desemprego; a existência de diferentes níveis de qualificação e experiência entre os desempregados; e a posição do indivíduo sem trabalho na esfera familiar.

Posteriormente, Sarti (1994) sugeriu novas pistas para a análise da ligação entre as condições socioeconômicas e a estabilidade familiar. Para a autora, o desemprego deveria ser entendido como um obstáculo ao padrão esperado de divisão sexual do trabalho, fundado na provisão masculina e no cuidado feminino. Se, pelo lado da mulher, frustrava-se a perspectiva da ascensão socioeconômica pelo casamento, a incapacidade masculina de sustentar o domicílio repercutiria em um intenso sentimento de fracasso, seguido ocasionalmente por episódios de transformação ou fragmentação da unidade doméstica.

Já na virada de século, é possível notar a emergência de outros vetores de análise. Borges (2006) e Montali (2006) analisaram o comportamento das famílias, sobretudo no que diz respeito à disponibilização laboral de mulheres e jovens, em contextos econômicos amplamente desfavoráveis. Tais iniciativas revelariam a “plasticidade” dos arranjos familiares, visando contornar os efeitos adversos gerados pelo desemprego dos chefes de família, tais como o rebaixamento dos padrões de consumo, a erosão das identidades pessoais e a ruptura das rotinas.

Já nos últimos anos, tem sido possível notar o surgimento de uma nova plataforma de estudos, responsável por aprofundar a compreensão da esfera familiar durante experiências de desemprego. Alguns aspectos, como o papel das relações interpessoais no acesso a ocupações, ganharam destaque.

Segundo Guimarães et al. (2010), o desemprego deve ser entendido como um fenômeno multifacetado. Se por um lado ele suscita uma tragédia pessoal, através do sentimento de culpa, da supressão de recursos e da desestabilização de identidades, por outro é balanceado por iniciativas que visam remediar situações de incerteza. Certas instituições e mecanismos, como os serviços estatais e as redes centradas na família, terminam por amortecer os riscos que são inerentes ao período de desemprego.

Guimarães (2009), nesse sentido, se dedicou a um olhar mais detido sobre o acesso às oportunidades ocupacionais, verificando a confluência entre as empresas contratantes, os trabalhadores desempregados e os intermediadores de emprego. Para o sucesso dessa confluência, ganha preponderância no Brasil a mobilização de estratégias não mercantis, através de redes privadas de sociabilidade pautadas na família, nas relações de afinidade e em contatos profissionais. Desse modo, ao indagar como as oportunidades laborais são vislumbradas, perseguidas e alcançadas em determinadas trajetórias, Guimarães et al (2010) argumentaram que a inserção no mercado de trabalho não derivaria apenas dos atributos individuais, ou da flutuação da oferta de ocupações, mas fundamentalmente da configuração das redes interpessoais.

Referências Bibliográficas

BINNS, D.; MARS, G. Family, community and unemployment: a study in change. *Sociological Review*, v. 32, p. 662-695, 1984.

BORGES, A. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 2, p. 205-222, jul./dez. 2006.

BROMAN, C. L.; HAMILTON, V.L.; HOFFMAN, W. S. The impact of unemployment on families. *Michigan Family Review*, v. 2, n.2, p. 83-91, 1996.

DURHAM, E. A família operária: consciência e ideologia. In: _____. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 237-253.

EISENBERG, P.; LAZARFELD, P.. The psychological effects of of unemployment. *Psychological Bulletin*, v. 35, n. 6, p. 358-390, 1938.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Novos Estudos*, v. 85, p. 151-170, nov. 2009.

_____ et al. Unemployment, a social construction: institutional programs, experiences and meanings in a comparative perspective. *Economic sociology*, v. 11, n. 3, p. 10-24, jul. 2010.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.11, v.4, p. 71-84, out. 1989.

KAMAROVSKY, M. The unemployed man and his family: the effect of unemployment upon the status of the man in fifty-nine families. New York: Dryden Press, 1940. 163 p.

LIPPE, T.; TREAS, J.; NORBUTAS, L. Unemployment and division of housework in Europe. *Work, employment and society*, p. 1-20, mar. 2017.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 2, p. 223-245, 2006.

SARTI, C. A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 215 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.

TAYLOR, J. Unemployment and family life. In: SAUNDERS, P.; TAYLOR, R. *The price of prosperity: the economic and social costs of unemployment*. Sidney: University of New South Wale Press, 2002. p. 65-85.

THOMAS, E.; MCCABE, E.; BARRY, J. Unemployment and family stress: a reassessment. *Family Relations*, v. 29, p. 517-524, 1980.